

## Comissão “Escola Inclusiva” da Assembleia da República

---

Reflexão ao Projeto de Resolução nº /XII/1ª , do Grupo Parlamentar do PCP:

“Garanta que aos estudantes com adequações curriculares seja possível a realização do exame ao nível de escola, não aplicando a obrigatoriedade de realização do exame nacional, cumprindo assim a Escola Inclusiva para todos.”

Acreditamos que os todos os alunos têm direito a ter sucesso escolar, não com base em facilitismo, mas com base em critérios justos e rigorosos. Ora, a obrigatoriedade da realização de exames nacionais por parte dos alunos com NEE, com adequações curriculares com base no DL 3/2008, parece-nos uma medida desajustada.

Um aluno com NEE que durante o ano lectivo se empenha em cumprir o seu programa individual (PEI) tem direito a ser avaliado de acordo com o programa desenvolvido durante o ano e definido nesse mesmo PEI. Nalguns casos esta avaliação poderá ser coincidente com os exames nacionais, noutras é preciso criar mecanismos que realmente avaliem o trabalho desenvolvido e as competências adquiridas.

Partindo do princípio que o exame nacional pretende aumentar a qualidade do ensino permitindo comparar resultados, defendemos para as crianças e jovens com NEE, do mesmo modo, a existência de meios de avaliação que permitam aumentar a qualidade do ensino e comparar resultados.

Um ensino de excelência prepara os seus alunos para a vida. Tal como para os seus pares, a escola para as crianças e jovens com NEE deve ser um percurso com etapas que passam pela aprendizagem, avaliação e certificação.



Neste momento, a obrigatoriedade da realização dos exames nacionais parece-nos inadequada. As crianças e jovens com NEE que durante o ano trabalharam para cumprir o seu Plano Educativo Individual sem que estivesse previsto um exame nacional, passam a estar numa situação desfavorável perante esta obrigatoriedade. Um dos princípios fundamentais da Escola Inclusiva é o direito à igualdade de oportunidades. Os alunos com NEE são alunos que trabalham e se esforçam para atingir os seus objectivos específicos. Alterações que ponham em causa o sucesso escolar podem ter consequências graves a nível emocional e da auto-estima.

Mais preocupante é a situação das crianças e jovens com NEE que não seguem o currículo comum. As respostas nas escolas atualmente são insuficientes e inadequadas. Os alunos têm direito a um currículo de cariz verdadeiramente funcional, à medida de cada um particular e tendo como objetivo o desenvolvimento de competências que permitam uma vida futura com a máxima autonomia e inclusão familiar, profissional e social. É urgente implementar uma educação inclusiva de qualidade, com equidade e excelência, para uma sociedade mais justa.

A Escola Inclusiva como pilar de uma transformação na sociedade é o nosso grande desafio.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Grupo de Trabalho “Escola Inclusiva” PER